



HISTÓRIA E MEMÓRIA DE UMA PROFESSORA QUILOMBOLA: VITRAIS BIOGRÁFICOS, PRÁTICAS EDUCATIVAS E IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Antônio Roberto Xavier¹

Charlton José dos Santos Machado²

Resumo: As razões motivadoras deste estudo partem de um problema crônico do passado e sempre atual entranhado na sociedade brasileira: o não reconhecimento devido à cultura afro-brasileira e de seus/uas protagonistas. Nesse sentido, o escopo principal desta escrita é demonstrar a contribuição de uma professora leiga para a cultura e a educação em uma comunidade quilombola. Para tanto, a construção deste artigo empregou como procedimentos metodológicos a abordagem qualitativa e o método indutivo, através técnicas de observação direta, entrevistas e análises de narrativas colhidas por meio da história oral. Este artigo traz à tona a contribuição cultural e educacional de uma professora leiga, negra, quilombola, de família humilde do interior cearense. O legado material e imaterial da professora Maria José Alves da Silva está presente de forma incontestante na memória coletiva da comunidade em que nasceu, viveu e morreu. Por fim, as narrativas de parentes, contemporâneos e ex-discentes da professora em alusão atestam suas práticas educativas e identificação étnico-cultural de forma incontestante e consolidada na comunidade de Alto Alegre, no município de Horizonte, estado do Ceará, Brasil.

Palavras-chave: Mulher negra; cultura; quilombo; educação; memória.

HISTORY AND MEMORY OF A MAROON TEACHER: BIOGRAPHICAL VITRAL, EDUCATIONAL PRACTICES AND ETHNIC-RACIAL IDENTIFICATION

Abstract: The motivating reasons for this study start from a chronic problem, but always actual entrenched in the Brazilian society: the non-recognition due to Afro-Brazilian culture and its protagonists. In this sense, the main purpose of this writing is to demonstrate the contribution of a lay teacher to culture and education in a maroon community. For this, the construction of this article used as methodological procedures the qualitative approach and the inductive method, through techniques of direct observation, interviews and analyzes of narratives collected through oral history. This article brings to light the cultural and educational contribution of a lay teacher, black, from a maroon community and a humble family, in the interior of Ceará. The material and immaterial legacy of Professor Maria José Alves da Silva is unquestionably present in the

¹ Licenciado em História (UECE); Licenciado em Pedagogia (FAK); Especialista em História e Sociologia (URCA); Mestre em Políticas Públicas e Sociedade (UECE); Mestre em Planejamento em Políticas Públicas (UECE); Doutor em Educação (UFC) na Linha de História e Memória; Pós-doutorando em Educação (UFPB); Professor Permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) e do Curso de Administração Pública Presencial, ambos da Unilab/Ce. É líder do Grupo de Pesquisa Gestão de Políticas Sociais (GPS0 da UNILAB/CNPq

² Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB (1994). Mestre em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB (1997). Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (2001). Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2009). Atualmente é Professor Associado IV e Professor Permanente dos seguintes Programas de Pós-Graduação: PPGE e PPGS, ambos da Universidade Federal da Paraíba, atuando como orientador (Mestrado e Doutorado), principalmente, nos seguintes temas: educação, história, cultura e gênero. Publica, com frequência, artigos em periódicos, livros e capítulos de livros acerca das citadas temáticas. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa - CNPQ PQ1-D. É Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e Docente Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas "História da Educação da Paraíba" HISTEDBR/GT-PB



collective memory of the community in which she was born, lived and died. Finally, the narratives of relatives, contemporaries and former students of the teacher in allusion attest their educational practices and ethno-cultural identification in an uncontested and consolidated way in the community of Alto Alegre, in the city of Horizonte, state of Ceará, Brazil.

Keywords: Black woman; culture; maroon; education; memory.

HISTOIRE ET MEMOIRE D'UNE ENSEIGNANT MARONNE: VITRAILS BIOGRAPHIQUES, PRATIQUES ÉDUCATIVES ET IDENTIFICATION ETHNICO-RACIALE

Résumé: Les raisons que motivant cette étude sont basées sur un problème chronique du passé et toujours présent enraciné dans la société brésilienne: la non-reconnaissance à culture afro-brésilienne et ses protagonistes. En ce sens, le but principal de cet écrit est de démontrer la contribution d'un enseignant laïc pour la culture et l'éducation dans une communauté maronne. Par conséquent, la construction de cet article employé comme procédures méthodologiques approche qualitative et la méthode inductive, grâce à des techniques d'observation directe, des interviews et des analyses des récits recueillis par l'histoire orale. Cet article met en évidence la contribution culturelle et pédagogique d'un enseignant laïc, noir, marron, humble famille de l'intérieur Ceara. L'héritage matériel et immatériel du Professeur Maria Jose Alves da Silva est présent dans incontesté dans la mémoire collective de la communauté, il est né, a vécu et est mort. Enfin, les comptes des parents, contemporains et anciens étudiants du professeur faisant allusion à leurs pratiques éducatives témoignent et l'identification ethnique-culturelle et consolidée sans partage dans la communauté de Alto Alegre, dans la ville de Horizonte, État du Ceará, Brésil.

Mots-clés: femme noire; culture; maronnage; l'éducation; mémoire

HISTÓRIA Y MEMÓRIA DE UNA PROFESORA QUILOMBOLA: VITRALES BIOGRÁFICOS, PRÁCTICAS EDUCATIVAS E IDENTIFICACIÓN ÉTNICO-RACIAL

Resumen: Las razones motivadoras de este estudio parte de un problema crónico del pasado y siempre actual entañado en la sociedad brasileña: el no reconocimiento de la cultura afro-brasileña y de sus/suyas protagonistas. En este sentido, el ámbito principal de esta escritura es demostrar la contribución de una profesora para la cultura y la educación en una comunidad de cimarrones. Para tanto, la construcción de este artículo empleó como procedimientos metodológicos el abordaje cualitativo y el método inductivo, a través de técnicas de observación directa, entrevistas y análisis de narrativas seleccionadas por medio de la historia oral. Este artículo trae la contribución cultural y educacional de una profesora, negra, cimarrón, de familia humilde del interior cearense. El legado material e inmaterial de la profesora Maria José Alves da Silva está presente de forma incontestada en la memoria colectiva de la comunidad en que nació, vivió y murió. Por fin, las narrativas de parientes, contemporáneos y ex discentes de la profesora en alusión afirman sus prácticas educativas e identificación étnico-cultural de manera fuerte y consolidada en la comunidad de Alto Alegre, en la municipalidad de Horizonte, provincia del Ceará, Brasil.

Palabras-clave: Mujer negra; cultura; cimarrones; educación; memoria

CENÁRIO DA PESQUISA: NOTAS INTRODUTÓRIAS

O presente texto é resultado parcial da pesquisa de estágio pós-doutoral realizado na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no Programa de Pós-Graduação em



Educação (PPGE), sob a supervisão do professor doutor Charliton José dos Santos Machado. A pesquisa teve início em março de 2016 com fim previsto para março de 2017.

Trata-se de um estudo sobre a professora Maria José Alves da Silva e suas práticas educativas com e na comunidade quilombola à qual pertencia e se identificava. “Mazé”, como é conhecida no âmbito de seus amigos e conterrâneos, nasceu, viveu e faleceu na comunidade quilombola de Alto Alegre, zona rural do município de Horizonte, estado do Ceará. Ainda em sua adolescência, a professora Maria José dedicou-se às causas da educação, iniciando seu ofício na educação não formal, ensinando crianças em suas próprias residências e/ou embaixo de árvores, e, posteriormente, em local de educação formal, ensinando em uma instituição religiosa adquirida pelo poder público municipal local.

Situada em uma área relativamente próxima ao litoral cearense e aproximadamente a 12 quilômetros da sede do município de Horizonte, Ceará (CE), a comunidade remanescente quilombola de Alto Alegre – assim denominada em razão das constantes festas que aconteciam nessa comunidade quilombola – foi fundada por volta da última década do século XIX (1890) por um escravo, Negro Cazuzá, que escapou de uma embarcação de traficantes de escravos que ancorara na praia da Barra do Ceará. Negro Cazuzá, após conseguir evadir-se da embarcação, embrenhou-se nas matas em direção à região que hoje corresponde aos municípios de Horizonte e Pacajus, zona metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará. Mais de um século depois, a partir de 2005, a comunidade habitada por remanescentes de quilombolas foi, oficialmente, reconhecida como tal.

As razões deste estudo são muitas, indo das gerais às específicas. Em âmbito geral, parte-se da assertiva de que a sociedade brasileira, ao invés da propalada democracia racial, apresenta um perfil racista, preconceituoso e discriminador que se revela escancaradamente nas práticas do saber e do fazer cotidianos. No que diz respeito às mulheres afrodescendentes e/ou africanas negras, as concepções e acepções transitam sempre de forma extremista, contrastando-se entre o indesejável corpóreo e a exotificação sensual para a objetificação sexual. No plano global, infere-se que no Brasil, apesar de ter sido construído pela mão de obra africana, sobretudo escrava, que não somente trabalhou, mas povoou e constituiu a seiva cultural da nação, nem sempre essa realidade é reconhecida ou consolidada no âmbito da cultura e da educação nacional, regional e/ou local como deveria ser.



No tocante às mulheres negras, especificamente as do Ceará, além da escassez da produção de biografias, pairam o preconceito, a discriminação e os estereótipos mais fortemente, devido a uma ideologia criminosa convencional de que “no Ceará não tem/teve negros/as”. Visando atender à problemática em epígrafe, este estudo tem como objetivo principal conhecer e escrever a história, a memória, a identificação étnico-racial e a trajetória educativa da professora Maria José Alves da Silva, oriunda da comunidade de Alto Alegre, município de Horizonte, no estado do Ceará.

Conforme já suscitado, este estudo objetiva precipuamente conhecer e escrever sobre as práticas educativas da professora Maria José Alves da Silva, cuja ancestralidade e identificação étnica e cultural a designam como quilombola. Esclarecendo que o termo “quilombola”, por se tratar de um vocábulo polissêmico, nesta escrita é empregado não no sentido da designação comum aos escravos refugiados de quilombos ou descendentes de escravos negros cujos antepassados no período da escravidão fugiram dos engenhos de cana-de-açúcar, fazendas e pequenas propriedades onde executavam diversos trabalhos braçais para formar pequenos vilarejos chamados de quilombos, mas no sentido referente ao pertencimento a um grupo social cuja identidade étnica – ou seja, ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos linguísticos, religiosos e culturais – os distingue do restante da sociedade. A identificação étnica é um processo de autoidentificação que não se resume apenas a elementos materiais ou a traços biológicos, como a cor da pele, por exemplo. São comunidades que desenvolveram processos de resistência para manter e reproduzir seu modo de vida característico em um determinado lugar, preservando seus traços culturais (Gaspar, 2011).

Quanto aos procedimentos metodológicos empregados, vale ressaltar que esta escrita trata-se de um estudo topologicamente descritivo-exploratório de uma realidade social como objeto de pesquisa. Sobre a abordagem, seguiu-se a qualitativa com método indutivo no campo de saber hermenêutico-fenomenológico. Para tanto, as técnicas de pesquisa utilizadas consistiram em: observações diretas, entrevistas abertas (a familiares, contemporâneos e ex-alunos/as da biografada), diário de campo e análises de narrativas. Ainda no campo metodológico, a pesquisa de campo foi realizada primordialmente através da história oral, pela qual se buscou trazer à tona, por intermédio da memória coletiva, não só o mundo da biografada como também o dos sujeitos afrodescendentes e afro-brasileiros, os quais sempre foram ofuscados pelas diretrizes dominantes da história oficial.



PESQUISAS BIOGRÁFICAS DE PROFESSORAS AFRODESCENDENTES

As pesquisas de cunho biográfico, autobiográfico e/ou de histórias de vidas relacionadas com o trabalho educacional de mulheres negras pontuam, por meio de fontes diversas, os principais acontecimentos que influenciaram o antes e o depois dessa visão negativa e negadora da mulher negra afrodescendente e/ou africana. No caso do estado do Ceará, as questões étnico-raciais africanas são mais tensas ainda, pois giram em torno do mito já largamente espalhado de que no Ceará quase não houve a presença africana, sobretudo a escrava, tendo ideologicamente formado e difundido a falsa ideia de que no Ceará não tem/teve negros/as.

Desse modo, ao trazer à tona a biografia de uma educadora quilombola, traz-se também à baila uma discussão bastante atual, que diz respeito à questão de gênero e à importância da contribuição de mulheres educadoras negras. Isso significa o reconhecimento e o desenvolvimento do sentimento de pertença à ancestralidade e à cultura afro-brasileira e africana.

Pesquisar sobre uma professora afrodescendente quilombola é falar de lacunas pendentes com respeito às relações educacionais étnico-raciais, pois o longo passado de discriminação e de negação de negros e negras ainda permanece arraigado e sedimentado na mentalidade e nas práticas do cotidiano da sociedade brasileira. Porém, com o aparecimento de base documental legal, algumas mudanças concernentes ao ensino da cultura afro-brasileira e africana começam a surgir de maneira mais significativa.

Essa base legal tem sua gênese com o advento da Lei nº 10.639/2003, estabelecendo a inclusão obrigatória no currículo da Rede Pública e Particular do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Em seguida, o Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) nº 3/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em Caráter Nacional e nos Estados da Federação. Em princípio, essas medidas em prol do Ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana no sistema escolar brasileiro foram consideradas tão somente como uma reparação da dívida histórica aos africanos trabalhadores, construtores e constituidores da nação.

Com efeito, é inegável o fato de que o Brasil foi construído pela mão de obra africana, sobretudo a escrava, que não somente trabalhou como também povoou e constituiu a seiva cultural da nação. Conforme Juvenal de Carvalho (2009, p. 5-6):

Os africanos escravizados no Brasil participaram de todas as atividades produtivas, na agricultura, nos engenhos, na mineração, na pecuária, nos transportes, no comércio do interior e das cidades, em todas as atividades a escravidão africana esteve presente. Os impactos disto para a formação social brasileira são sentidos ainda nos dias de hoje. O racismo, a exploração e a miséria que a imensa maioria dos afrodescendentes sofrem são reflexos diretos desta longa trajetória de opressão [...]. O tráfico de escravos, ao transportar as suas 'peças', estava, antes de tudo, transportando também, crenças, valores, costumes, enfim, culturas.

Entretanto, apesar das assertivas acima serem uma realidade incontestável, o reconhecimento desse fato e de seus protagonistas não se apresenta como aceitável. Na realidade, é possível resumir a problemática geral que se desvela a partir de pesquisas como esta, que fala de reconhecimento de uma professora afrodescendente, contrapondo-se ao preconceito, à discriminação e à tentativa de negação de nossas ancestralidades africanas por uma suposta formação cultural eurocêntrica (Assis, 2017).

A tentativa histórica de ignorar a cultura afro-brasileira e africana pelo colonizador e seus sucessores dominantes é parte inerente e ideologicamente impregnada na formação da sociedade brasileira. Atualizando o pensamento de Buarque de Holanda (1995), é possível afirmar que a tentativa de implantação de uma cultura eurocêntrica em detrimento da formação afro-brasileira e também nativa (indígena) ainda é uma das maiores barreiras a serem superadas, ou não. Esse entrave se agrava mais ainda quando se trata de referências às mulheres negras, pois:

O equívoco de imprimir-se à mulher negra lugar de não sujeito social, de não capacidade de desenvolvimento de habilidades intelectuais e sociais e de não detentora dos direitos sociais, cada vez mais marginalizada quando se observa o cruzamento, as imbricações, as inteseccionalidades das questões de gênero, raça e classe [...]. (Botelho; Marques, 2015, p. 42).

De maneira geral, as pesquisas biográficas sobre mulheres afro-brasileiras são raras, sobretudo se vinculadas à seara da educação. Em geral, as mulheres negras, as mais belas, ao serem expostas, quando muito, são representadas como símbolo despertador de libido ou de perversão sexual. O fato é que:

Na vida real, em que se percebe a ausência de ícones positivos de negritude e a associação de uma libido exacerbada às mulheres negras, percebemos a necessidade de resgatar histórias que fortaleçam a autoestima e o autoconceito



dessas meninas-mulheres-guerreiras. Uma sociedade permeada por uma lógica machista e racista – como é a brasileira – condiciona as negras a uma situação de duplo processo discriminatório. (Botelho; Marques, 2015, p. 43).

As assertivas supracitadas fazem parte da realidade de formação da sociedade brasileira. Para que aconteçam transformações significativas visando superar tamanha discriminação em relação às mulheres negras, a academia deve intensificar o trabalho de pesquisa voltado para o reconhecimento e a valorização da participação ativa dessas mulheres nas diversas atividades.

MARIA JOSÉ ALVES DA SILVA (1968-1989): IDENTIFICAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E DOCENTE NA MEMÓRIA COLETIVA

Em tempo recente (primeira metade do século XX), o sociólogo francês Maurice Halbwachs (2004) desenvolve um estudo sobre a história e a memória social e conclui que toda memória é coletiva, no sentido de que, embora sejam as lembranças dos indivíduos que trazem à tona os acontecimentos do passado, são os grupos sociais que determinam os fatos que têm caráter memorável e de que formas deverão ser lembrados.

A História pode ser construída pelas somas significativas de particularidades encontradas na memória coletiva que identifica uma nação, comunidade, coletividade.

O que justifica ao historiador essas pesquisas de detalhe é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, conjunto se somará a outros conjuntos, e que no quadro que resultará de todas essas sucessivas somas, nada está subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e merece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. Ora, tal gênero de apreciação resulta de que não se considera o ponto de vista de nenhum dos grupos reais e vivos que existem, ou mesmo que existiram, para que, ao contrário, todos os acontecimentos, todos os lugares e todos os períodos estão longe de apresentar a mesma importância, uma vez que não foram por eles afetados da mesma maneira. (Halbwachs, 2004, p. 89-90).

O ponto crucial da discussão de Halbwachs (2004) é que a memória individual é constituída assentada em memória coletiva, em razão de as lembranças serem constituídas a partir do interior de um grupo ou coletividade de pessoas. Talvez em função dessas teias constitutivas, a memória coletiva garanta a continuidade do tempo, desafiando e resistindo às mudanças, transformações e rupturas dos diferentes contextos, tornando-se memória atemporal.

Porém, não se pode esquecer também da memória à margem ou subterrânea, como expressa Pollak (1989), esta, muitas vezes, é somente individual e pertencente a um único



sujeito, podendo nunca vir à tona se não tiver quem a descubra, busque e escute. Nesse sentido, a memória pode ser individual e individualizada, abafada, sufocada, recriminada, abandonada. Outra vertente é a de que existem os chamados “segredos de opinião”, ou as práticas condenáveis, em certos contextos que são levados à cova por aqueles que, por vergonha, por discriminação da sociedade ou para evitar um mal-estar maior, nunca revelam ou se utilizam do recurso do esquecimento para evitar o odor das feridas abertas pela memória (Rousso, 2002).

A história do cotidiano, assim como dos anônimos, nasce do cruzamento da história com outras áreas e manifesta uma perspectiva diferente baseada na memória. É exatamente o registro da memória que lhe confere peculiaridade e singularidade. A memória, embora etérea, é esta natureza que lhe confere o fascínio, pois a força das memórias vem da sua subjetividade e o seu poder da autenticidade dos relatos. (Gomes, 2013, p. 15).

A memória coletiva continua tendo esse poder inigualável de identificação dos indivíduos e de sua inserção social, de preservar o conteúdo dos acontecimentos envolvendo todas as pessoas, independentemente de etnia, classe social, econômica ou política, entrelaçando-se inter e transdisciplinarmente com a capacidade de fazer emergir a história de vida do dia a dia dos seres vivos, principalmente daqueles que passaram despercebidos, dolosa ou culposamente, pela história de caráter oficial, os anônimos (Vainfas, 2002).

No caso em estudo, a memória coletiva da comunidade quilombola da qual a professora é procedente mantém viva suas relutâncias pelo reconhecimento da cultura local através de suas práticas docentes e, sobretudo, do reconhecimento de sua própria identificação étnico-racial-cultural. “Maria José era uma menina muito educada. Sua educação vinha do berço. Morou pouco tempo comigo ainda quando criança. Tinha uns 10 ou 11 anos. Mas deixou lembranças que não esqueço jamais. Aliás, fico pensando como seria bom se a sociedade de hoje tivesse crianças como Mazé!” (Costa, 2016c, Entrevista).

Maria José Alves da Silva, “Mazé”, como é conhecida no âmbito de seus familiares, amigos e conterrâneos, ou “Tia Mazé”, para seus/uas ex-alunos/as, nasceu, viveu e faleceu na comunidade quilombola de Alto Alegre-Queimadas, zona rural do município de Horizonte, estado do Ceará. Em sua adolescência, a professora Maria José dedicou-se às causas da educação civil, destinando seu voluntariado educacional às crianças e adolescentes de sua comunidade que necessitavam ser alfabetizados. Nesse sentido, Mazé não poupava esforços pela causa educacional. Segundo Francisco Haroldo



da Silva (2016b, Entrevista), professor residente na comunidade quilombola de Alto Alegre e contemporâneo de Maria José:

Ela era uma pessoa muito alegre, bem divertida e carinhosa com as crianças. E a formação dela não era muito, não, pois, para a gente ser professor naquela época, não precisava de muito estudo. Ela era a professora da comunidade, e o local era a casa do Tio Neco [...]. Todos os alunos gostavam dela; foi a primeira professora quilombola. Mas que nessa época não tinha nem esse tal de quilombola. A gente sabia que era negro, tinha um grupo de negro, a comunidade era negra, mas ainda não tinha surgido o nome 'quilombola' nem o reconhecimento oficial. A Mazé se reconhecia como quilombola, ela era negra reconhecida mesmo. Ela fazia esforço para não se descaracterizar. Ela se orgulhava da cor dela, nunca fez estiramento no cabelo; do jeito que nasceu morreu. É porque as meninas quilombolas sofrem muito preconceito do cabelo, porque quem tem o cabelo ruim chamam logo 'nega veia do cabelo pixaim'. 'Por que que essa nega não estira o cabelo para ficar mais bonita?'. Então, elas se iludem e esticam o cabelo, mas nem ficam bonitas. Ao contrário, fica é pior, porque, quando estiram o cabelo, ele fica é durinho, e é feio demais. Mas a Mazé do jeito que era o cabelo dela não era estirado. Era só aquela arapuca; e era bonito.

Consoante retratado nas palavras do professor Haroldo, apesar da pouca formação escolar de Maria José, ela enfrentava, de cabeça erguida, o preconceito e a discriminação, pois ensinava as crianças de forma alegre e carinhosa. Além do mais, Maria José se reconhecia como afrodescendente, e isso não lhe diminuía como pessoa e muito menos como educadora, apesar da histórica estigmatização preconceituosa do "cabelo pixaim" como elemento definidor da identificação racial das pessoas negras.

Desde logo, não se está elegendo qual o tipo ideal de cabelo, tampouco indo de encontro ao que Hall (2002) chamou de legitimidade descentralizada do direito individual da identidade *mutatis mutandis* no mundo globalizado e pós-moderno. Entretanto, ressalta-se que a atitude da professora Maria José, em fazer questão de preservar a forma original de seu cabelo, revela a ideia de reconhecimento de identificação étnico-racial e pertencimento a um sistema simbólico de valores e significados culturais (Geertz, 1973).

Reforçando as palavras do professor Haroldo e dos autores decorrentes de sua fala, outro contemporâneo de Maria José, Francisco Emanuel da Silva (2016a, Entrevista), o "Nego do Neco", assegura que:

Mazé, assim como todos daqui, sempre sofreu algum tipo de preconceito e discriminação. Aliás, mesmo tendo melhorado, até hoje sofremos esse preconceito. Apesar de que nossa comunidade já se reconhece como quilombola, pois diz é melhor para cultura. Eu mesmo tenho muito orgulho de ser quilombola, ser negro. Acredito que Mazé também tinha orgulho de ser quilombola, porque



um dos sinais é que ela nunca ‘estirou’ seus cabelos. Não tenho lembrança, não, porque um dos quesitos de que ela se orgulhava era de ser negra.

As afirmativas supracitadas reforçam a ideia de autorreconhecimento de Maria José como mulher negra quilombola e de pertencimento a um sistema de símbolos e significados culturais. Ressalte-se que a construção do perfil identitário da mulher negra, sobretudo das definições estereotipadas (no caso, o cabelo), esteve sempre no entorno contrastivo de rejeição e de autoafirmação, em razão da histórica carga de preconceito e discriminação delegada à população negra no Brasil, sobretudo após a Abolição da escravidão e o advento da República de 1889.

Com efeito, o embate vinculado aos dois campos inesgotáveis de tensão (a rejeição e a autoafirmação) tem seus significados postulados racionalmente. A rejeição ou negação da afro-brasilidade vincula-se ao darwinismo social/racismo científico, cujas pilastras estão fincadas na virada do século XIX e primeira metade do século XX, na melhor ossatura intelectual de que dispúnhamos. Por essa malsã ideologia, nosso atraso e nossa miséria sociais davam-se em virtude da miscigenação e incapacidade cognitiva para o desenvolvimento. Em função dessa ideologia, fundamentou-se a tese do branqueamento/democracia racial, defensores da cultura e estética etnocêntrica e eurocêntrica como parâmetros representativos para a busca da “identidade nacional” brasileira, em detrimento de nossa mestiçagem e afro-brasilidade (Seyferth, 1986; Skidmore, 1976; Viana, 1956).

Desse modo, a tese da necessidade do branqueamento para a sociedade brasileira consistiu em “[...] uma pressão cultural exercida pela hegemonia branca, sobretudo após a Abolição da Escravatura, para que o negro negasse a si mesmo, no seu corpo e na sua mente, como uma espécie de condição para se integrar (ser aceito e ter mobilidade social) na nova ordem social” (Bento; Carone, 2002, p. 14).

Em razão da promulgação e massificação dessas ideologias racistas, xenófobas e preconceituosas em nossa literatura e procedimentos didático-pedagógicos e

Tendo sido o Brasil um dos países americanos que mais recebeu escravos africanos, nossa mentalidade se formou a partir do modelo de valorização trazido pelos europeus e os princípios de negatividade negra imposta também pelos europeus. Se, de um lado, o tipo europeu é tido como o grande protótipo da perfeição humana, por outro, o modelo africano é a própria representação do feio, do negativo, do animalesco, enfim, de tudo aquilo que o homem civilizado deveria evitar. (Amaral, 2015, p. 9).

Em contrapartida, esse mesmo paradigma de rejeição evoca o discurso e a necessidade da autoafirmação e do pertencimento a um mundo cultural repleto de signos, simbologias e significados de construção e/ou manutenção de uma identificação étnico-racial da mulher negra feminina. Essa não tem sido uma tarefa fácil pelas diversas razões já elencadas e também pela permanência de uma cultura racista e machista presente na sociedade brasileira, relegando à mulher negra as atividades mais rebaixadas como forma de discriminação, diminuição e preconceito, por questões de gênero e de cor da pele. Diante de tal realidade, a autoafirmação da mulher negra existe e resiste como forma de construção e manutenção identitária.

A atitude da professora Maria José Alves da Silva, quando decidiu não alisar o cabelo, preferindo manter a forma original, pode ser compreendida como uma forma corajosa de construção de autoimagem positiva da mulher negra e professora diante de uma sociedade que discrimina e segrega em razão da raça e da cor da pele. Essa não é uma tarefa fácil, pois, não raro, as professoras negras não estão preparadas para tratarem das questões raciais no sistema escolar. Em geral, optam “[...] pelo silêncio e pelo ocultamento. No caso da professora negra, somam-se ao despreparo a dificuldade e o desafio que este trabalho representa, pois a remete à sua própria história de vida e às marcas deixadas pelas experiências com racismo e discriminação” (Gomes, 1995, p. 188).

Porém, conforme as falas supracitadas, a professora Maria José demonstrou com firmeza uma reação “[...] aberta de combate ao racismo e às discriminações como escolha ideológica e pedagógica” (Silva, 1995, p. 91).

DOCÊNCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS

No tocante à docência e às práticas educativas, Maria José parece ter encontrado sua identificação profissional desde muito cedo, quando ainda adolescente, no início da década de 1980. Partes de narrativas que se seguem, de pessoas que testemunharam suas ações docentes, revelam o zelo, o comprometimento e a identificação profissional da professora com a educação infantil. Além de ensinar em sua própria residência e nas residências dos alunos, “Mazé” efetuava suas práticas de ensino-aprendizagem à sombra de uma pródiga mangueira, carinhosamente chamada de “idosa” pela comunidade, a qual sucumbiu para em seu lugar ser construído o Centro Social Batista de Alto Alegre, com



algumas salas destinadas ao ensino-aprendizagem de crianças da comunidade. Segundo o Senhor Raimundo Cícero Alves (2016, Entrevista), morador quilombola da comunidade:

Mazé ensinava debaixo da mangueira. Ensinava muitas crianças da comunidade. A mangueira se chamava ‘idosa’ e dava muitas mangas. Era manga demais. Aí foi o tempo que chegou o pessoal da Igreja Batista. Em seguida, o compadre Neco deu o pedaço de chão onde ficava a mangueira, que depois foi cortada. Em seu lugar, fizeram um poço profundo e construíram uma escola.

Ensinar sob as sombras das árvores constitui-se em prática educativa milenar. A história da educação, da informal à formal, tem fecundos registros nessa direção. Na realidade da comunidade quilombola de Alto Alegre, não foi diferente. Maria José, não dispondo de uma escola estruturada de alvenaria, alfabetizava sob a proteção de uma mangueira cognominada e lembrada carinhosamente de “idosa”, conforme narrativa supracitada (Chalita, 2014).

Por seu turno, a professora Maria José construiu sua identidade social em relação às suas práticas educativas, sendo lembrada carinhosamente por pessoas que a conheceram, como é o caso da Senhora Rosimar Augustino Costa (2016b, Entrevista):

A lembrança que tenho dela é que ela foi a melhor professora da minha filha. Era uma pessoa muito carinhosa, uma pessoa muito educada. Gostava muito dela pelo amor que ela tinha pelos filhos. Ela era muito amorosa com as crianças. As crianças choravam porque eram muito apegadas à professora, à Tia Mazé, como era chamada.

Desse modo, Maria José construía sua identificação e identidade social para além de sua identidade pessoal, com práticas educativas destinadas às crianças. Assim, a professora Mazé se autopercebia e era percebida à época e lembrada atualmente de forma positiva e carinhosa pelas pessoas da comunidade, quer sejam parentes, contemporâneos/as e até ex-alunos/as, como, por exemplo, sua ex-aluna Maria José Pereira Costa (32 anos), que estudou quando criança com a professora Mazé. Ela até hoje rememora como eram as práticas educativas de sua professora inesquecível: “Ela sentava no chão com os alunos em círculos. Falava com todos dizendo o nome de um por um. Ensinava as vogais cantando, querendo que eles pronunciassem as letras com gesto na boca. Ao final de cada atividade, beijava e abraçava todos nós” (Costa, 2016a, Entrevista).

Com relação ao relato supracitado, a forma descrita de alfabetização que a professora praticava é atualmente chamada pela Ciência da Educação de Método Sintético de Alfabetização. Enquanto o Método Analítico (também conhecido como

Método Olhar e Dizer) trabalha a partir de unidades completas de linguagem para depois dividi-las em partes menores, de maneira gradativa, ou seja, a criança divide a palavra ou expressão em unidades menores até chegar às sílabas. O referido método é subdividido em palavrção, sentencição ou global.

Por outro lado, o Método Sintético supracitado se concretiza inversamente, ou seja, o ensino-aprendizagem se processa letra por letra, sílaba por sílaba e palavra por palavra. O Método Sintético também pode ser dividido em soletração, fônico e silábico. Primeiramente, através do primeiro, os discentes são estimulados a conhecer as letras; em seguida, aprendem a formar as sílabas, juntando as consoantes com as vogais; posteriormente, aprendem a formação das palavras; para, finalmente, serem capazes de construir um texto. Pela segunda divisão, o Método Fonético, os discentes aprendem a identificar os sons das letras e, unindo o som da consoante com o da vogal, então pronunciam a sílaba construída. Pelo Método da Silabação, o discente primeiro aprende a formação das sílabas e, em seguida, a formação das palavras.

Esses métodos de alfabetização, muito usados desde o século XIX no Brasil, são intensamente criticados contemporaneamente, por sua realidade fragmentada, descontextualizada do todo, e por se caracterizarem como cansativos, tediosos, estressantes e mecânicos, pois não possibilitam aos aprendentes a formação de uma consciência própria, crítica de seu tempo, tampouco lhes viabilizam a oportunidade de produzirem seus próprios escritos, em razão de apenas terem sido estimulados à prática da decoraçção (Ferreiro; Teberosky, 1985; Mortatti, 2000, 2004).

Explicar o sentido em que usamos as palavras muito contribui para a clareza do discurso, necessária à validação do relatório e pesquisa. Buscamos, neste estudo, as conexões entre educaçção, História, teoria e métodos. É mister que analisemos os significados de cada uma dessas coisas, para em seguida formularmos as nossas próprias cogitaçções sobre o nexu entre elas, com a clareza necessária ao processo de validação possível quando a narrativa é ambígua ou obscura. (Martinho Rodrigues, 2012, p. 196).

Maria José construiu sua identidade social por suas práticas educativas de modo inequívoco, sendo hoje lembrada coletivamente pela comunidade quilombola de Alto Alegre, personagem que permanecerá em sua memória coletiva.

A identidade docente aparece assim articulada às identidades de gênero, familiares, religiosas, raciais, de classe, que são carregadas de contradiçções, cujas marcas sócio-históricas aparecem nos relatos (orais ou escritos) que as pessoas fazem de si. Além disso, a construçção da identidade jamais é concebida como um processo



isolado. Existe sempre uma relação com o(s) outro(s) – concreto ou virtual, real ou imaginário, específico ou genérico – para quem se apresenta e, por isso mesmo, é mais que tudo um acontecimento social e coletivo. (Oliveira et al., 2006, p. 554).

Nesse sentido, é racional dizer que a “[...] identidade pessoal é construída pela autopercepção, enquanto a identidade social é construída pela percepção que os outros têm do sujeito” (Galindo, 2004, p. 15). No caso da identidade social de Maria José Alves da Silva como professora de educação infantil, além das narrativas supracitadas, pode ser facilmente vislumbrada no único espaço oficial da comunidade destinado à educação infantil

Imagem 1. Centro de Educação Infantil (CEI) Maria José Alves da Silva



Fonte: Antônio Roberto Xavier (2016)

Com efeito, a representação ou a percepção identitária da professora Maria José Alves da Silva, “Tia Mazé”, tem como justa homenagem seu nome cravado na estampa principal do único Centro de Educação Infantil da comunidade quilombola de Alto Alegre, município de Horizonte, estado do Ceará.

ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

A tentativa histórica de ignorar a cultura afro-brasileira e africana pelo colonizador e seus sucessores dominantes é parte inerente e ideologicamente impregnada na formação da sociedade brasileira. Em decorrência desse fato, desde os primórdios de nossa formação, há tentativas de autorreconhecimento e de percepções em nosso âmago



vinculadas não à cultura de uma afro-brasilidade, mas à busca inútil de um etnocentrismo eurocêntrico de além-mar. Isso tem sido motivo de muitos males, tais como: racismo, preconceitos e discriminações em razão da cor da pele, primando por uma cor branca que não é a nossa, a qual, mesmo que fosse, não nos daria o direito de desenvolvimento de pensamentos xenófobos e preconceituosos ou de qualquer tipo de discriminação dirigida a nossos semelhantes.

A situação se agrava mais ainda quando tratamos de assuntos relacionados às representações femininas em geral e, sobretudo, referente às mulheres negras. Com efeito, o desenvolvimento de uma concepção patriarcalista e machista em nossa formação é de todo uma grave e insuperável fissura social, principalmente quando se refere às responsáveis pelo povoamento deste país: as mulheres negras.

Desse modo, este texto traduz, de alguma forma, a tentativa de demonstrar a contribuição no campo educacional de uma professora negra, quilombola, de família humilde do interior do estado do Ceará, que deixou seu legado material e imaterial na comunidade em que viveu. Sem dúvida, apesar do reduzido tempo de vida e de docência, a professora Maria José Alves da Silva deixou seu legado educacional de forma incontestada e consolidada na comunidade de Alto Alegre, no município de Horizonte-CE.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Jorge Fernando Barbosa do. *A literatura brasileira e a monstruosidade negra nos portões da diferença*. 2015. 191 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOTELHO, Denise; MARQUES, Francineide. Diversidade: raça, gênero, desvios e desafios nas escolas. In: NUNES, Maria Lúcia da Silva; MACHADO, Charliton José dos Santos; VASCONCELOS, Larisse Meira de (Org.). *Diálogos sobre gênero, cultura e história*. Fortaleza: UECE, 2015. p. 29-52.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. *Diário Oficial da União*, DF, 22 jun. 2004.

- CARVALHO, Juvenal de. *Brasil, África e Atlântico Sul*. Salvador: FTC EAD, 2009.
- CHALITA, Gabriel. *A escola dos nossos sonhos: pequena introdução à história da educação*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.
- GALINDO, Wedna Cristina Marinho. A construção da identidade profissional docente. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, DF, v. 24, n. 2, p. 14-23, 2004.
- GASPAR, Lúcia. Quilombolas. *Pesquisa Escolar Online*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2011. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GOMES, Luciana Kellen de Sousa. Trajetórias e biografias: notas para o campo da história da educação. In: VASCONCELOS, José Gerardo et al. (Org.). *Pesquisas biográficas na educação*. Fortaleza: UFC, 2013. Prefácio.
- GOMES, Nilma Lino. *A mulher negra que vi de perto: o processo de construção da identidade racial de professoras negras*. Belo Horizonte: Maza, 1995.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: DP&A, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARTINHO RODRIGUES, R. Educação, história, teorias e métodos. In: _____ et al. (Org.). *História da educação: teoria, métodos e fontes*. Fortaleza: UECE, 2012. p. 195-210.
- ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. *Corpos negros e representação social no Brasil: uma discussão de gênero e raça*. Revista da ABPN • v. 9, n. 21 • nov. 2016 – fev. 2017, p.123-134. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/231/248>> Acesso em: 20 fev. 2017.
- MORTATTI, M. R. L. *Educação e letramento*. São Paulo: Unesp, 2004.
- MORTATTI, M. R. L. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo 1876-1994*. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: MEC, 2000.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de et al. Construção da identidade docente: relatos de educadores de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 547-571, 2006.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 93-101.



SEYFERTH, Giralda. A estratégia do branqueamento. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 25, p. 54-56, 1986.

SILVA, Petronilha B. G. e. Quebrando o silêncio: resistência de professoras negras ao racismo. In: SERBINO, Raquel V.; GRANDE, Maria A. L. (Org.). *A escola e seus alunos: estudos sobre a diversidade cultural*. São Paulo: Unesp, 1995. p. 91-105.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VAINFAS, Ronaldo. *Micro-história: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VIANA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

FONTES ORAIS

ALVES, Raimundo Cícero. *Entrevistador*: Antônio Roberto Xavier. Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Horizonte-CE, 30 jul. 2016. mp2, 30 min. Disponível no acervo pessoal dos autores.

COSTA, Maria José Pereira. *Entrevistador*: Antônio Roberto Xavier. Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Horizonte-CE, 20 jul. 2016a. mp2, 43 min. Disponível no acervo pessoal dos autores.

COSTA, Rosimar Augustino. *Entrevistador*: Antônio Roberto Xavier. Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Horizonte-CE, 20 jul. 2016b. mp2, 40 min. Disponível no acervo pessoal dos autores.

COSTA, Socorro Nogueira. *Entrevistador*: Antônio Roberto Xavier. Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Horizonte-CE, 30 jul. 2016c. mp2, 30 min. Disponível no acervo pessoal dos autores.

SILVA, Francisco Emanuel da. *Entrevistador*: Antônio Roberto Xavier. Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Horizonte-CE, 19 jul. 2016a. mp2, 60 min. Disponível no acervo pessoal dos autores.

SILVA, Francisco Haroldo da. *Entrevistador*: Antônio Roberto Xavier. Comunidade Quilombola de Alto Alegre, Horizonte-CE, 19 jul. 2016b. mp2, 60 min. Disponível no acervo pessoal dos autores.

*Recebido em janeiro de 2017
Aprovado em março de 2017*